

Inserindo o debate acerca da Economia Solidária por meio da implantação de uma incubadora

Maico Roris Severino – Universidade Federal de Goiás (UFG) – Brasil

maicororis@gmail.com

Resumo:

No Brasil, a partir da década de 1980, diversas experiências de Economia Solidária se intensificaram como mecanismo de ruptura ao modelo econômico dominante. No entanto, em algumas localidades este tema ainda é pouco difundido. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo descrever as ações desenvolvidas pela Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários (INESSOL) da Universidade Federal de Goiás (UFG) para difusão do tema Economia Solidária nos âmbitos acadêmico e comunitário no município de Catalão-GO. Para atendimento ao objetivo proposto, utilizou-se como procedimento metodológico a Pesquisa Participante, a qual permite aos pesquisadores responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular, sob a forma de diretrizes de ação transformadora. Dentre os resultados obtidos, podem-se destacar a constituição e a consolidação da incubadora por meio da institucionalização de um programa de extensão e um núcleo de pesquisa (com projetos financiados), a formação de uma equipe multidisciplinar, a realização de eventos, a incubação de quatro empreendimentos, e a articulação junto ao poder público, Organizações Não Governamentais e iniciativa privada. Por meio do trabalho realizado, verifica-se que o tema Economia Solidária foi inserido como pauta de destaque no âmbito acadêmico e comunitário, necessitando de continuidade e ampliação da abrangência de atuação.

Palavras-chave: Economia Solidária, Incubadora, Difusão.

INTRODUÇÃO

Frente à crise do mercado formal de trabalho, associado à incapacidade da economia capitalista absorver toda a população trabalhadora ativa existente, verifica-se a produção de inclusão precária de alguns trabalhadores ou mesmo situações de exclusão socioeconômica para o acesso ao trabalho (SEVERINO, EID e CHIARIELLO, 2013). Dentre eles, pode-se destacar: os trabalhadores desempregados (que procuram arrumar trabalho em empresas capitalistas, mas o mercado formal de trabalho não tem capacidade de absorver estes trabalhadores), os subempregados (que trabalham em condições precárias para garantir a sobrevivência) e os trabalhadores da economia popular solidária. Com isso

verifica-se uma tendência de coexistência da economia capitalista com uma outra economia geralmente denominada de Economia Solidária ou Economia Popular e Solidária (CATTANI, 2003). Pois apesar de o capitalismo estar no comando do desenvolvimento ele não exclui formas alternativas de desenvolvimento (SINGER, 2004).

Esta nova economia, cujo referencial teórico encontra-se em processo de construção, pode ser definida como experiências de organização de trabalhadores para a geração de trabalho e renda. Para a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2013b) a economia solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

Importante destacar que para os Empreendimentos de Economia Solidária (EESs) há a necessidade de análise de algumas categorias que interferem no desenvolvimento desta economia, tais como: religiosidade, voluntarismo, caridade, assistencialismo, democracia interna e o surgimento de novas estratégias para a competitividade, viabilidade econômica – financeira e estratégias de mercado, além da questão da organização do trabalho e a formação do trabalhador quanto à gestão do empreendimento (EID, 2003).

Verifica-se também que um dos fatores chave para o desenvolvimento da Economia Solidária é a implantação de políticas públicas. Pelo fato do Estado ter grande relevância para apoiar no desenvolvimento desta nova economia, permite-se refletir: se a economia solidária estaria sendo regulada para reprodução das relações históricas da caridade e do assistencialismo buscando novamente controlar movimentos sociais ou se estarão contribuindo na construção da cidadania individual e coletiva através da autonomia e da emancipação (EID, 2003).

Verifica-se que a economia popular solidária tem seu (res)surgimento a partir de alternativas de trabalho coletivo para geração de trabalho e renda durante os anos de 1980, através de experiências ligadas ao associativismo, ao cooperativismo e à mobilização social. No Brasil estas experiências estão ligadas ao conceito de Economia Solidária.

No caso brasileiro estas experiências tem tido um crescimento exponencial. Para tanto, o que demandou a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2003. Em termos de números, segundo SENAES (2013a), no ano de 2007 haviam cadastrados no mapeamento realizado pela secretaria 21.859 Empreendimentos de Economia Solidária (EESs) em atividade no Brasil contando com aproximadamente 1.687.496 participantes. De 2007 até

2014, apesar de não ter sido feito outro mapeamento desta natureza, acredita-se que os números devem significativamente maiores. Isto porque o movimento de economia solidária tem se organizado e tem tido uma representatividade sociopolítica no Brasil. Para melhor compreensão, na FIGURA 1 é apresentado as entidades e os tipos de organizações ligadas de modo direto ou indireto à Economia Solidária.

FIGURA 1: Entidades ligadas à economia solidária no Brasil.



Fonte: FBES, 2014.

Apesar de toda essa articulação social nacional, ainda a Economia Solidária não está presente de modo organizada em todos os municípios brasileiros, fazendo com que muitos trabalhadores ligados às experiências de economia sociossolidária se deparem com grandes dificuldades, como é o caso do município de Catalão-GO-Brasil.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo descrever as ações desenvolvidas pela Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários (INESSOL) da Universidade Federal de

Goiás – *Campus Catalão* (UFG-CAC) para difusão do tema Economia Solidária nos âmbitos acadêmico e comunitário no município de Catalão-GO-Brasil.

Para melhor compreensão deste manuscrito ele está organizado do seguinte modo: na primeira seção foi apresentada a contextualização do trabalho, bem como o objetivo do mesmo; na segunda seção é apresentada a metodologia de intervenção utilizada; na terceira seção são descritas as ações realizadas e os resultados alcançados; na última seção são apresentadas as conclusões.

METODOLOGIA

Para atendimento ao objetivo ora expressado, foi utilizada como metodologia a Pesquisa Participante. a metodologia da Pesquisa Participante possibilita a participação e uma forma de ação planejada de caráter social, educacional e técnico que nem sempre se encontra em outros tipos de propostas de pesquisa. Um dos seus principais objetivos consiste em oferecer aos pesquisadores e aos grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob a forma de diretrizes de ação transformadora. Isto é feito através de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez.

Segundo PAIVA e ALEXANDRE (1998) este tipo de pesquisa tem como principal característica respeitar a cultura e o modo de vida dos atores receptores das informações. Para tanto, estes passariam a fazer parte integrante e ativa de um processo de transferência de informações, permitindo a eles serem capazes de problematizar, junto com a pesquisa e extensão, as suas necessidades e desenvolver um espírito crítico que lhes proporcionaria, após o final do processo de transferência, atingir maior autonomia e visão em respeito à natureza e ao ambiente em que tais atores vivem.

Nas palavras de THIOLENT, citado por PAIVA e ALEXANDRE (1998), a metodologia da pesquisa participativa é planejada a partir das seguintes ações:

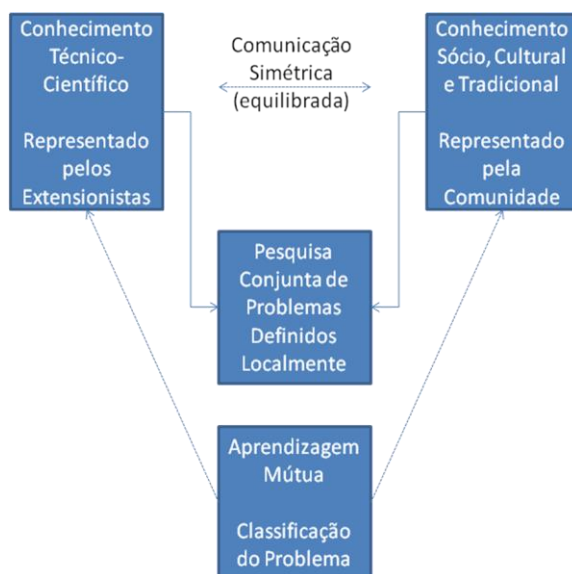
1. Fase exploratória, ou de diagnóstico, na qual pesquisadores extensionistas e alguns membros da comunidade investigada começam a detectar os problemas, os atores, os tipos de ações possíveis. Nesta fase são realizadas reuniões com os diversos atores envolvidos.
2. Fase de pesquisa aprofundada, na qual a situação é pesquisada por vários instrumentos de coleta de dados, mas principalmente a entrevista estruturada e a observação, pois o público rural possui aspectos culturais profundamente relevantes

que só conseguem ser obtidos através do contato direto. Posteriormente, estes dados são analisados.

3. Fase de ação, a comunidade fica consciente dos resultados do diagnóstico e posteriormente são definidas ações concretas conjuntas, com o objetivo de solucionar os problemas levantados. Nesta fase são realizados seminários constantes para o planejamento das ações e o redirecionamento das atividades.
4. Fase de avaliação, trata-se de redirecionar as ações constantemente e resgatar o conhecimento produzido durante o processo.

CEBOTAREV, citado por PAIVA e ALEXANDRE (1998), esquematiza o Modelo de Comunicação Participativa, demonstrado pela FIGURA 2.

Figura 2: Modelo de Comunicação Participativa



Fonte: Adaptado de Paiva e Alexandre (1998).

De modo operacional foram realizadas as seguintes atividades para atendimento dos objetivos propostos:

- Identificação dos interessados pelo tema de incubadoras de empreendimentos no quadro de professores da UFG-CAC;
- Elaboração da Instrução Normativa do Programa de Incubação da UFG-CAC;
- Elaboração de projetos de pesquisa e extensão e submissão aos órgãos de fomento;
- Seleção e formação da equipe da INESSOL;

- Identificação de parceiros municipais que atuam no apoio de experiências de Economia Solidária;
- Identificação e incubação de experiências de Economia Solidária;
- Articulação política no município;
- Desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão no âmbito da Economia Solidária.

DESENVOLVIMENTO

O tema Economia Solidária até o ano de 2010 no município de Catalão-Goiás-Brasil estava restrito a algumas ações da secretaria de ação social do município, ou nas atividades de projetos de pesquisa e extensão de alguns professores da UFG-CAC, ou nas ações de responsabilidade social da iniciativa privada. No entanto ações pontuais, normalmente com prazos de início e fim, e sem articulação dentre elas.

A partir do exposto, por meio de uma política de gestão da direção da UFG-CAC em 2010 definiu-se a necessidade de criação de um Programa de Incubação de Empreendimentos na universidade para atendimento da demanda da comunidade. Destaca-se que o interesse seria que neste programa fossem constituídas duas incubadoras que atuariam nas seguintes vertentes: de empreendimentos de base tecnológica e inovação, e de empreendimentos socio-solidários.

Para tanto, foram convidados para participar de uma comissão para criação deste programa alguns professores que em sua trajetória acadêmica tinham vivenciado alguma experiência com incubadoras. Estes professores, durante o ano de 2010 e 2011 a partir de diversas reuniões constituíram uma Instrução Normativa que regula as ações do programa e definiram a coordenação de ambas incubadoras.

No que tange a Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários (INESSOL), a partir da instrução normativa aprovada no conselho diretor do campus, iniciou-se um trabalho de elaboração de projetos de pesquisa e extensão para submissão aos órgãos de fomento.

Durante os anos de 2012 e 2013, iniciou-se um projeto de extensão intitulado “Implementação de uma incubadora de empreendimentos econômicos sócio-solidários na UFG – *Campus Catalão*”, financiado com recursos do Programa de Extensão (PROEXT) 2013. O objetivo principal deste projeto foi constituir a INESSOL. Para tanto, dentre os trabalhos deste projeto, destacam-se a constituição e formação da equipe, organização da

estrutura física da incubadora, identificação dos grupos que atuam como experiências de economia solidária no município de Catalão a serem incubados, e identificação dos parceiros municipais de Economia Solidária junto aos órgãos governamentais e de iniciativa privada.

Para a identificação das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores da UFG-CAC relacionadas à Economia Solidária foi realizado um estudo no banco de dados da UFG. Esta pesquisa teve o intuito tanto de verificar professores potenciais para fazerem parte da equipe da incubadora, bem como, conhecer professores na qual poderiam ser realizadas atividades pontuais no processo de incubação.

Com a equipe constituída, no dia 06 de fevereiro de 2013 foi realizado o lançamento oficial da Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários (INESSOL) da UFG-CAC. Neste evento houve a participação de membros de experiências de economia solidária, autoridades da UFG e do município, representantes dos órgãos governamentais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e iniciativas privadas.

A partir desta data iniciou-se o trabalho de formação da equipe, por meio da participação de um Curso de Extensão à Distância com duração de 96 horas em “Empreendimentos de Economia Solidária” ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cursos de capacitação e reuniões de grupo para estudo sobre Economia Solidária. Para a realização das atividades da incubadora dispõe-se de uma equipe multidisciplinar envolvendo professores, técnicos e alunos das áreas de Engenharia de Produção, Geografia e Psicologia.

A partir de agosto de 2013 iniciou-se um segundo projeto de extensão pela equipe da INESSOL, intitulado "Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no Município de Catalão". A partir deste projeto iniciou-se os processos de incubação de quatro grupos: Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos de Catalão (COOTRACAT); Cooperativa de Produção de Vestuário Moda Flor (COOPERMODA); Feira Pôr do Sol de Economia Solidária da Associação de Bairro Castelo Branco e Adjacentes; e Grupo de mulheres de famílias de pequenos agricultores do Movimento Camponês Popular (MCP). Segue uma breve descrição das atividades de incubação em cada grupo.

a) COOTRACAT

A COOTRACAT é uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos, formada em 2002. Atuam no processo de catação dos materiais enviados ao aterro sanitário municipal, triagem, prensagem e comercialização dos materiais. Atualmente a cooperativa tem 34 sócios, que conseguem obter uma renda entre R\$1500,00 e R\$2000,00 mensais. Tal renda

é considerada satisfatória pelos mesmos, porém, essa renda é líquida, e a cooperativa não tem uma política de mobilização para planos de saúde, INSS, licença à maternidade, nem mesmo um fundo de reserva para futuras emergências, o que deixa os trabalhadores em uma situação de incertezas para o futuro.

A renda poderia ser aumentada se todos os materiais triados e comercializados fossem materiais limpos, vindos de uma coleta seletiva que atendesse efetivamente todos os bairros da cidade. Uma realidade diferente da atual, em que 60% do material triado e comercializado provêm do lixo comum.

Outro desafio a ser enfrentado pela cooperativa é quanto a implantação da Lei 12.305/10, em que não será permitida a permanência da cooperativa na sede atual, além de somente permitir que a cooperativa desenvolva suas atividades com materiais oriundos da coleta seletiva. Assim, a perspectiva de implantação da lei deriva em preocupações para os cooperados, pois a coleta seletiva não atende efetivamente a cidade inteira, logo, haverá uma redução imediata de materiais recicláveis em 60%, diminuindo a renda dos mesmos na mesma porcentagem. Além disto, há a preocupação quanto à nova sede da cooperativa que ainda hoje é uma incógnita, em função dos projetos de infraestrutura e terreno que não está concretizado.

Além desses desafios, a partir do contato mais próximo da cooperativa, identificou-se outros aspectos que devem ser trabalhados no processo de incubação, tais como os ligados aos princípios de cooperativismo e autogestão e a falta de conhecimento sobre os direitos do cooperados.

Para enfrentamento desses desafios, a equipe da incubadora, juntamente com os sócios da COOTRACAT e a Secretaria do Meio Ambiente, definiram as seguintes ações para continuidade do projeto: minicursos para os cooperados, com temas escolhidos pelos mesmos, sobre os temas “saúde e segurança no trabalho”, e “cooperativismo”; análise do espaço físico ocupado pela cooperativa atualmente, para elaboração de um projeto de instalações industriais, com melhorias ergonômicas para os trabalhadores, e ampliação da coleta seletiva no município.

Algumas imagens relativas ao processo de incubação desta cooperativa são apresentadas na FIGURA 3.

b) COOPERMODA

A COOPERMODA foi estabelecida em outubro de 2012, e atualmente trabalham cerca de 28 associadas. É um grupo formado por mulheres de 40 a 64 anos, de diferentes níveis de escolaridade e realidades sociais. A cooperativa possui vários parceiros, sendo eles: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Prefeitura Municipal de Catalão, Instituto Camargo Corrêa, além da INESSOL da UFG-CAC.

FIGURA 3: Imagens do processo de incubação da COOTRACAT



Fonte: Elaborada pelo autor.

Na criação desse empreendimento houve grande investimento de capital na compra de cerca de 40 máquinas industriais de costura, um investimento em torno de R\$100.000,00. O grupo possui ampla diversificação de produtos como: lingerie, uniformes profissionais, uniformes escolares, jalecos, blusinhas, entre outros. Tendo em média a quantidade demandada de 2400 peças mensais.

Deste modo, é notório que o empreendimento possui grande portfólio de clientes fixos, conquistando cada vez mais *market share*, pelo preço e qualidade de seus produtos tanto no município quanto nas cidades vizinhas.

Como a cooperativa em questão é uma cooperativa recém-formada, ainda há dificuldades de gestão do negócio, destacando que há pessoas de diferentes níveis de escolaridade e que a grande maioria das cooperadas possui mais de 50 anos. Com as parcerias, são proporcionados diversos cursos e atividades para as colaboradoras desde a

atividade final (costura) até atividades auxiliares (finanças, contabilidade, rotinas administrativas, etc.), porém ainda há barreiras nas configurações administrativas.

Assim verifica-se a necessidade da estruturação das funções de cada cooperada e o estabelecimento de uma diretoria sólida que transmita respeito, confiança e compromisso, tanto interna quanto externamente. A líder deve se empenhar para que cooperativa tenha êxito e perdure no mercado sendo referência de qualidade no setor de vestuário.

A COOPERMODA está cercada por estímulos de todos os fatores, faltam estes serem bem postos por elas e reconhecidos. Na maioria das vezes o fracasso de um empreendimento não está na falta de conhecimento técnico mas na maneira de lidar com as pessoas que trabalham juntas.

Com essa necessidade de melhorias na gestão, principalmente na cobrança do comprometimento das cooperadas, é visto que há necessidade da elaboração de um estatuto sólido com um termo de compromisso bem estabelecido, estabelecendo os horários a serem cumpridos, metas a serem atingidas, funções de cada cooperada, enfim, ações que dizem respeito ao comprometimento com a cooperativa, visando o compromisso e satisfação dos clientes.

A COOPERMODA possui sérios problemas de produtividade, baseados em sua maioria em aspectos psicológicos e motivacionais. Um aspecto vigente é de que a demanda é cada vez maior, assim, a diretoria acredita que deve aceitar todos os pedidos feitos pelos clientes; porém a produção não consegue atender a demanda, trazendo insatisfação aos clientes. Um segundo aspecto seria a precificação que é feita com bases empíricas que quanto irão custar as matérias-primas e toda a mão de obra, sendo reconhecido se houve lucro ou prejuízo apenas no fim da produção.

Uma das principais dificuldades está quanto a atribuição de tarefas a cada cooperada. Quando recebem os pedidos a diretoria conta com a participação de uma quantidade determinada de cooperadas, as quais muitas vezes não comparecem, atrasando assim, os pedidos. Dessa forma, a confecção muitas vezes terceiriza o serviço. Mas ao terceirizar, o serviço é repassado para a terceirizada com o mesmo valor que pegou do cliente, ficando assim apenas com o trabalho de repassar a mercadoria e sem lucro algum. A formação de valor é feita de forma precária, não englobando custos básicos (fixos e variáveis).

A quantidade de maquinário parada é exorbitante, gerando custos fixos e variáveis, gargalos nas operações produtivas, desperdício de recursos, desvalorização do investimento inicial.

Necessita-se da conscientização das cooperadas em poder ter além do que se tem, de acreditar que aquilo que fundamentalmente está a disposição pode gerar o triplo da renda que trás e criar pessoas satisfeitas e realizadas com o trabalho conjunto.

Algumas imagens relativas ao processo de incubação desta cooperativa são apresentadas na FIGURA 4.

FIGURA 4: Imagens do processo de incubação da COOPERMODA.



Fonte: Elaborada pelo autor.

c) Feira Pôr do Sol de Economia Solidária

A Feira Pôr do Sol de Economia Solidária atua na venda de produtos alimentícios, artesanatos e importados. A feira teve suas atividades iniciadas no dia 21 de fevereiro do ano de 2013. Destaca-se que esta feira trata-se de uma iniciativa da Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco e Adjacentes e tem o nome de Feira Ecosol Pôr do Sol. O objetivo da feira é de oferecer auxílio ao grupo de feirantes, tais como espaço de trabalho, instalação física e cursos de capacitação. A feira tem como missão promover o desenvolvimento econômico dos feirantes e o desenvolvimento sociocultural das famílias do bairro Castelo Branco e do município de Catalão.

A feira em 2014 era constituída por 43 feirantes, sendo coordenado pela diretoria da associação de bairro. Ressalta-se que, os cargos da direção da associação são ocupados com base em um processo eleitoral, do qual todos os moradores do bairro podem participar.

A feira ainda conta com o apoio de alguns parceiros, sendo eles: a prefeitura municipal de Catalão, Serviço de Aprendizagem e Comércio (SENAC), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), hidrelétrica Serra do Facão Energia S.A., Pastoral

da Terra, Feira do Sítio, Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL) e INESSOL. A prefeitura de Catalão contribuiu com a feira financiando os custos com a compra de toda a estrutura elétrica. Os demais parceiros colaboram com instituição especialmente por meio do desenvolvimento de projetos de melhoria e investimentos de capital intelectual.

O processo de incubação teve início com a elaboração do projeto da feira junto à direção da associação, e envio do ofício de autorização à prefeitura de Catalão a utilização da Avenida 111, bairro Castelo Branco para a realização da feira Ecosol. Além disso, foram realizadas diversas reuniões com os demais parceiros ou entidades para que toda a estrutura e infraestrutura da feira pudesse estar disponível para que a mesma pudesse ser realizada. Dentre eles destacam-se: secretaria do Meio Ambiente, Polícia Civil, Vigilância Sanitária, companhia de energia, Superintendência Municipal de Trânsito de Catalão (SMTC), entre outros.

Para a solicitação de autorização do projeto da feira, anteriormente, foi realizado pela associação de bairro juntamente com a INESSOL, um cadastro de pessoas interessadas em atuar como feirantes e quais produtos pretendiam comercializar. Assim, este cadastro configurou-se também como um abaixo assinado, endossando a solicitação da autorização da feira.

A partir do momento que se obteve todas as autorizações e infraestrutura para a realização da feira, fez-se o lançamento da mesma em fevereiro de 2013. A partir deste mês, todas as quintas-feiras das 16h00min até às 21h00min acontece a feira. O horário das 21h00min foi definido para que não houvesse perturbação da vizinhança do bairro posteriormente às 22h00min.

O próximo passo do processo de incubação foi a realização de uma pesquisa socioeconômica do grupo de feirantes. Para tanto, fez-se a aplicação de um questionário aos mesmos. Dentre os resultados, ressalta-se quanto ao apontamento das necessidades de formação dos feirantes, dentre elas, quanto às técnicas básicas de contabilidade, orientação à produção e serviço ao cliente. Diante disso foi criada uma minicurso expositivo e prático com duração de 2 horas com o assunto contabilidade e como operar um livro caixa, com destaque aos assuntos custos de produção e vendas. Este curso está programado para ocorrer no primeiro semestre de 2014.

Quanto aos aspectos socioculturais que a feira proporciona à comunidade, destacam-se as seguintes atividades socioculturais: projeto de extensão Ludoteca (uma parceria com o curso de Educação Física da UFG-CAC para que em todas as quartas quintas-feiras de cada mês fosse realizadas as atividades, com o objetivo de entretenimento para as crianças), a semana da criança, a semana solidária, a festa junina solidária, dia dos

pais, dia das mães, semana literária com distribuição de poemas e por fim o natal solidário. Destaca-se que, além de proporcionar uma atividade sociocultural, esta atividade contribuiu como uma estratégia para atrair mais clientes para a feira.

Algumas imagens relativas ao processo de incubação desta feira são apresentadas na FIGURA 5.

FIGURA 5: Imagens do processo de incubação da Feira de Economia Solidária Pôr do Sol.



Fonte: Elaborada pelo autor.

d) MCP

O coletivo de trabalho denominado Grupo de Mulheres de Famílias de Pequenos Agricultores do MCP, é composto por 54 famílias de pequenos agricultores da cidade de Catalão-GO, vinculados ao movimento. São famílias camponesas de origem humilde, com pouco acesso a informações e com um baixo nível de escolaridade.

A produção é destinada totalmente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em que o governo adquire os produtos destinados a merenda escolar, atendendo alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. A

participação no programa é realizada por meio de contratos licitatórios semestrais, em que o grupo em questão possui muita dificuldade em firmar esses contratos.

Em várias ocasiões, a prefeitura acaba adquirindo os produtos de indústrias ou empresas da região, não beneficiando a agricultura familiar. Segundo a Lei nº 11.947, de 16/6/2009 e a Resolução FNDE nº 38, de 16/6/2009, 30% dos investimentos do programa devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009). A principal justificativa é que a Prefeitura teme a qualidade dos produtos oferecidos pelas camponesas, pelo fato do não conhecimento de suas práticas produtivas e infraestruturas, exigindo que tais produtos sejam certificados pelo Selo de Inspeção Municipal (SIM). No entanto, a cidade de Catalão não possui tal selo, revelando uma contradição.

Percebendo essa incoerência, do que é exigido nos acordos e contratos e o que é disponibilizado, o processo de incubação foi realizado por meio de um estudo sobre as Boas Práticas de Fabricação (BPF) em panificação. Através desse estudo, obteve-se a maneira correta de estocar, manusear, processar e transportar os alimentos, e limpar e cuidar dos equipamentos, ambicionando garantir a qualidade e a sanidade dos produtos (ANVISA, 2014).

Com base nesses estudos, foi apresentado ao grupo de mulheres uma palestra sobre as BPF. Para uma melhor absorção das BPF, foi elaborado uma cartilha, voltada para realidade do grupo de mulheres, com uma linguagem bem simples e didática. Quanto a estrutura física das propriedades, será realizado visitas em cada propriedade, criando projetos para adequar as estruturas já existentes as mínimas exigências impostas pela ANVISA segundo Portaria 1288/95 – SES/GO de 27 de fevereiro de 1995, buscando sempre alternativas que demandem menor investimento financeiro (GOIÁS, 1995)

Com os processos controlados e seguindo a cartilha de BPF e com a estrutura física condizente com as normas regulamentadoras, a INESSOL pretende criar um selo de certificação dos produtos das pequenas agricultoras. Esse selo visa atestar que o produto segue as boas práticas de fabricação e seus locais de produção estão de acordo com as exigências, isto posto, atesta que o produto tem qualidade processual e sanitária.

Por outro lado, os pequenos agricultores entregam seus produtos na central de distribuição da Prefeitura Municipal de Catalão, onde são armazenados e transportados diariamente para as escolas em toda a cidade. A armazenagem nesse local, é um problema proeminente para os produtores. Os produtos são armazenados em *pallets*, muito próximos do chão, em alguns locais encostados na parede, o local não possui ventilação e é muito quente, por conseguinte os produtos acabam estragando.

O produto estragado, observado pelos funcionários do centro de distribuição é identificado pelas etiquetas e devolvido ao produtor. Logo, os pequenos produtores entregam um produto em perfeitas condições, que por falta de estrutura do centro de distribuição que é de responsabilidade da prefeitura, acaba ficando impróprio para o consumo, somando prejuízos aos camponeses.

Deste modo, a INESSOL pretende desenvolver um formulário, onde deverá constar a quantidade dos produtos entregados, assim como um atestado assinado pelo funcionário do centro de distribuição, certificando que o produto foi entregue em perfeitas condições. Dessa maneira, o produtor terá como provar que seu produto foi entregue em condições apropriadas para o consumo, e caso o produto estrague foi unicamente devido a armazenagem de maneira imprópria. Logo, não poderão acontecer a devolução do produto em condições impróprias para o consumo para os camponeses, pois a partir do momento que o funcionário certificou que os produtos foram entregues com qualidade, tal responsabilidade é da Prefeitura.

Algumas imagens relativas ao processo de incubação desta grupo são apresentadas na FIGURA 6.

FIGURA 6: Imagens do processo de incubação do grupo de mulheres do MCP.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Esses quatro processos de incubação são os principais aspectos extensionistas da INESSOL. Por outro lado, a partir de novembro de 2013 a equipe da INESSOL foi contemplada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para desenvolver pesquisas da experiência vivenciada através da execução do projeto intitulado "Incubação de empreendimentos econômicos solidários no estado de Goiás". Na realização deste projeto de pesquisa vem sendo estudados os seguintes temas:

- estudo sobre criação de redes locais de economia solidária, debatendo a criação da rede catalana de economia solidária;
- estudo sobre fóruns estaduais de economia solidária, debatendo a atuação do fórum goiano de economia solidária, apontando proposta para que a atuação do fórum goiano possa fortalecer mais o movimento da economia solidária no estado de Goiás;
- análise do processo de desenvolvimento, transferência e apropriação de tecnologias sociais por parte dos empreendimentos (a serem) incubados;
- análise de apropriação do conhecimento por parte dos participantes dos EES na participação nos cursos, oficinas, treinamentos e palestras a serem desenvolvidos neste programa, analisando o processo de ensino e aprendizagem e ao mesmo tempo propondo metodologias de abordagem para esse público em específico.
- estudo quanto a construção de um referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de EES pós-incubação utilizados pelas incubadoras goianas;
- mapeamento das metodologias de incubação disponíveis na literatura e das utilizadas pelas incubadoras localizadas em Goiás através de pesquisa de campo;
- desenvolvimento de novas metodologias de incubação de EES articulados a processos de desenvolvimento territorial e regional contextualizados à realidade do estado de Goiás;
- realizar estudos multicase dos EES incubados pela INESSOL.

Para maior divulgação dos trabalhos realizados no ambiente acadêmico, constantemente a equipe da INESSOL vem organizando ou participando de palestras, seminários e cursos para que o olhar para a Economia Solidária seja difundido.

CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi descrever o caso ocorrido no município de Catalão-Goiás-Brasil no processo de inserção do tema Economia Solidária na pauta tanto do ambiente acadêmico como comunitário. Destaca-se que tal proposta vem sendo realizada com sucesso, no entanto, ainda está no começo deste processo.

Dentre os resultados obtidos do trabalho realizado até o momento, podem-se destacar a constituição e a consolidação da incubadora por meio da institucionalização de um programa de extensão e um núcleo de pesquisa (com projetos financiados), a formação de uma equipe multidisciplinar, a realização de eventos, a incubação de quatro empreendimentos, e a articulação junto ao poder público, ONGs e iniciativa privada. Por meio do trabalho realizado, verifica-se que o tema Economia Solidária foi inserido como pauta de destaque no âmbito acadêmico e comunitário, necessitando de continuidade e ampliação da abrangência de atuação.

AGRADECIMENTOS

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Programa de Extensão (PROEXT) 2013 do Ministério da Educação (MEC);
- Programa Institucional de Bolsa de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (UFG) nas modalidades PROBEC e PROVEC.

BIBLIOGRAFIA

ANVISA. **Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/alimentos/cartilha_gicra_final.pdf> acessado em: 04/02/2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p.2.

CATTANI, A. D.; **A Outra Economia**, Porto Alegre/RS: Veraz, 2003.

EID, F.; Descentralização do estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? XI Congresso da Federação Internacional de Estudos sobre América Latina e Caribe – FIEALC, Osaka, Japão. In: **Anais...**, Osaka, Japão, 2003.

GOIÁS (Estado). **Norma Técnica de Comercialização de Alimentos**. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-12/ntalimentos.pdf>> acessado em: 04/02/2014.

PAIVA, D. W.; ALEXANDRE, M. L.; Pesquisa Participativa e Ação Comunitária. In: THIOLENT, M. (coord.); **Extensão Universitária e Metodologia Participativa – II Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão**. Rio de Janeiro: COPPE, 1998.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária; **Atlas da economia solidária no Brasil: 2007**. Disponível em: <<http://consulta.mte.gov.br/atlas/AtlasES.html>> Acessado em: 15/12/2013a.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária; **O que é Economia Solidária?** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>> Acessado em: 15/12/2013b.

SEVERINO, M. R.; EID, F.; CHIARIELLO, C. L.; Organização do trabalho na economia solidária – desafios e limites na construção de modelo alternativo ao Taylorismo. **Revista Pegada**, vol. 14, n. 2, 2013.

SINGER, P.; Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. **Estudos Avançados**, v. 18, p. 51, 2004.